

A origem do (antropo)topônimo Betim

The origin of the (antropo)toponym Betim

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v6i3.35087>

Jeander Cristian da Silva

Mestrando em Estudos Linguísticos pela UFMG (bolsista do CNPQ) sob orientação da Profa. Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra. Graduado em Letras - Licenciatura em Língua Portuguesa pela UFMG.

E-mail: jeandercristian@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3195-8137>

RESUMO

Com base na perspectiva de que a Toponímia caminha ao lado da História e, por isso, dá conta da origem, da forma e da evolução das denominações de lugares, este estudo propõe uma revisão na literatura a respeito do processo de formação histórica do município de Betim (MG) com o objetivo de investigar as causas para a sua denominação e de outras denominações anteriores. A história desse município, considerado polo industrial da Região Metropolitana de Belo Horizonte, remonta ao século XVIII, época em que o Brasil, ainda colônia de Portugal, vivia o auge do ciclo do ouro. Acreditamos que o topônimo atual esteja vinculado ao sobrenome do primeiro fundador da região, Joseph Rodrigues Betim; assim sendo, procuramos, também, fazer uma investigação genealógica desse antropônimo. A metodologia adotada parte, portanto, da análise das informações históricas para a reconstrução da motivação e significação toponímica. Para o alcance dos objetivos, esse texto está organizado na seguinte ordem: (i) discussão teórica sobre o léxico toponímico, baseada, principalmente, em Dick (1990a, 1990b) e Seabra (2004, 2006); (ii) breve contextualização geográfica e histórica do município, com base em Pinto (1997), Rugani (2001), Camargos (2006) e outros autores; (iii) análise da origem do topônimo Betim e de outras denominações anteriores para o município; (iv) investigação genealógica do sobrenome Betim, baseada, sobretudo em Brandão (1975). Os resultados confirmam a hipótese da origem do topônimo e a análise genealógica permite inferir que o sobrenome seja de origem neerlandesa.

Palavras-chave: Betim. Município. Origem. História. Topônimo.

ABSTRACT

Considering Toponymy goes together with History and, for this reason, it is responsible for the origin, the form and the evolution of place names, this paper aims to perform a literature review of the process of the historical development of the municipality of Betim (MG) in order to investigate the causes for its denomination and for other previous denominations. The history of that municipality, considered the industrial center of the Metropolitan Region of Belo Horizonte, date back to the eighteenth century, a time when Brazil was still colony of Portugal and was in the height of the cycle of the gold. It is believed that the current toponym is related to the family name of the first founder of the region, Joseph Rodrigues Betim. Therefore, it also was sought to do a genealogical investigation of this antroponym. The methodology adopted starts from the analysis of the historical informations to the reconstruction of the motivation and the significance of toponym. In order to achieve the goals, this article is organized in the following order: (i) theoretical discussion

about toponym lexicon, based primarily on Dick (1990a, 1990b) and Seabra (2004, 2006); (ii) brief geographical and historical contextualization of the municipality, based on Pinto (1997), Rugani (2001), Camargos (2006) among other authors; (iii) analysis of the origin of the toponym Betim and the other previous municipality denominations; (iv) genealogical investigation of the family name Betim, specially based on Brandão (1975). The results confirm the hypothesis of the origin of the toponym and the genealogical analysis allows inferring that the origin of the family name is from netherlands.

Keywords: Betim. Municipality. Origin. History. Toponym.

Introdução

A partir da premissa de que a Toponímia caminha ao lado da história e, por isso, dá conta da origem, da forma e da evolução das denominações de lugares, este estudo propõe uma revisão na literatura sobre a história do município de Betim com o intuito de investigar as causas para a sua denominação, bem com a de outras denominações anteriores. Sua relevância está no fato de que nenhuma pesquisa histórica contemplou, até o momento, uma análise específica acerca do topônimo. Acreditamos que este esteja vinculado ao sobrenome do primeiro povoador e sesmeiro¹ da região, Joseph Rodrigues Betim, de ascendência neerlandesa².

O processo de dominação do espaço onde atualmente se situa Betim remonta ao século XVIII, quando este se configurava como ponto de passagem de tropeiros e bandeirantes liderados por Fernão Dias Paes, vindos de São Paulo com destino a Pitangui em busca do ouro. Esse município se destaca hodiernamente como polo industrial da Região Metropolitana de Belo Horizonte, formado, principalmente pela Refinaria Gabriel Passos, afiliada da Indústria Petrobrás, e pela fábrica FIAT automóveis.

A contextualização histórica do município se embasa em Pinto (1997), Rugani (2001) e Camargos (2006), no Dossiê de Tombamento Cine Teatro Glória da Colônia Santa Isabel³, na Carta de Sesmaria para Joseph Rodrigues Betim⁴, além de consultas ao portal IBGE - biblioteca⁵ e ao IMPHIC⁶. Para a pesquisa a respeito da origem do antropônimo, foi realizada uma consulta ao *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil* de 1953, cuja autoria é de Francisco de Assis Carvalho Franco, e, tomamos como base, sobretudo, um estudo publicado em 1975 pela USP intitulado *Um neerlandês em São Paulo*, de autoria do professor emérito da UFMG Jacyntho José Lins Brandão.

¹ *Sesmeiro*: aquele a quem se fazia a concessão de sesmaria (HOUAISS, 2009). Segundo este dicionário, o item lexical *sesmaria* designa um “terreno abandonado ou inculto que os reis de Portugal cediam aos novos povoadores”.

² *neerlandês*: que ou aquele que é natural ou habitante do Reino dos Países Baixos (Holanda).

³ FUNARBE - Fundação Artístico Cultural de Betim. *Dossiê de Tombamento Cine Teatro Glória: Colônia Santa Isabel*. 2017. Disponível em: <http://www.funarbe.betim.mg.gov.br/Content/Documentos/Dossies/Bens-tombados/QIII-Dossie-Cine-Teatro-Gloria-Betim-ex17.pdf>. Acesso em: 30 maio 2020.

⁴ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO - Carta de Sesmaria passada ao Capitão Joseph Rodrigues Betim. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano III, 1898. Ouro Preto. Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1898, p. 30-31.

⁵ Biblioteca IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=33332&view=detalhes>. Acesso em: 07 jul. 2020

⁶ Portal "Instituto da Memória e do Patrimônio Histórico e Cultural de Betim". Desenvolvido por Charles Moraes de Lima. Apresenta a história do município de Betim em formato de linha do tempo. Disponível em: <https://imphic.ning.com/profiles/blogs/linha-do-tempo-de-betim>. Acesso em: 30 maio 2020.

Entendemos o léxico como um repositório que representa o acúmulo de toda a experiência da sociedade através das idades (BIDERMAN, 2001, p. 179) e, por isso, atua como a marca histórica das diferentes fases da vida social de uma dada comunidade linguística. Enquanto unidade do léxico, o topônimo, do ponto de vista sincrônico, parece ter uma função aparentemente trivial de identificar um determinado espaço sociogeográfico; entretanto, ao se distanciar dos seus condicionantes temporo-espaciais, ele guarda consigo uma significação precisa que, ao ser desvelada, pode funcionar como um verdadeiro testemunho de uma época (DICK 1990b, p. 19).

1. O topônimo

Em relação aos nomes comuns, os topônimos se caracterizam por sua função identificadora; sendo, pois, responsáveis por singularizar ou individualizar a entidade geográfico-espacial que designam. Conforme Dick (1990b, p. 6), esses itens lexicais, assim como os outros nomes próprios, caracterizam-se por serem opacos, vazios de sentido, empregados somente com uma função referencial; “a identificação [...] pode não passar pelo sentido, sendo remetidos diretamente pelo referente.” (SEABRA, 2006, p. 1955, grifo nosso). Esse aspecto pode explicar o fato de os nomes de lugares terem, ao longo do tempo, o seu significado apagado.

Dick (1990a, p. 22) afirma que o valor desses elementos transcende ao próprio ato da nomeação. Para Seabra⁷, as relações entre nome e referente, no caso dos *onomas*, são muito mais complexas do que a relação biunívoca entre palavra e seu referente, no caso dos nomes comuns; a elas estão envolvidas, subjacentemente, questões sócio-histórico-culturais. Seabra (2004) concebe o topônimo como patrimônio histórico-cultural da comunidade, pois, uma vez que são transmitidos de geração em geração, podem ser considerados como verdadeiros testemunhos de uma época, de interesses e visões comuns de um determinado povo.

Dessa forma, somente um estudo diacrônico permite desvendar a sua significação, o que faz a Toponímia a “crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras” (DICK, 1990a, p. 22). Enquanto disciplina, ela está localizada dentro da Onomástica, área responsável pelo estudo dos nomes próprios de uma língua. De acordo com Rodrigues (2018, p. 3), a Onomástica se integra à Lexicologia e se ramifica em diversas vertentes, como a Hagionímia, Onionímia, Mitonímia, entre outras, tendo a Toponímia e a Antroponímia como as suas duas principais áreas de estudo. A Antroponímia dedica-se ao estudo dos nomes próprios de pessoas e a Toponímia dedica-se ao estudo dos nomes de lugares, ambas considerando origem, forma e evolução.

⁷ *Ibid.* p. 1956.

Cabe ressaltar ainda que a Onomástica está inserida em um contexto interdisciplinar, oferecendo a possibilidade de desenvolver estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, como a Etimologia, a História, a Pragmática, a Geografia, a Paleografia, a Antropologia, a Sociologia, a Literatura etc. Assim sendo, podemos dizer que é através das informações adquiridas por meio da História e de outras ciências “que a toponímia encontra suporte para chegar às conclusões que favorecem a motivação e o significado que o topônimo recebe.” (LIMA; PEREIRA, 2016, p. 2).

A próxima seção tem como objetivo situar o município de Betim, apresentando a sua importância socioeconômica para a Região Metropolitana de Belo Horizonte e descrevendo o seu processo de formação histórica.

2. Betim: um caminho que vai das minas à industrialização

A cidade de Betim integra a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e encontra-se a cerca de 31 quilômetros da capital mineira, fazendo divisa com os municípios mineiros de *Contagem*, *Ibirité*, *Sarzedo*, *Mário Campos*, *São Joaquim de Bicas*, *Juatuba*, *Igarapé*, e *Esmeraldas*. Observe, no mapa a seguir, a sua localização dentro da RMBH:

Mapa 1 – Região Metropolitana de Belo Horizonte, Colar Metropolitano e o município de Betim.



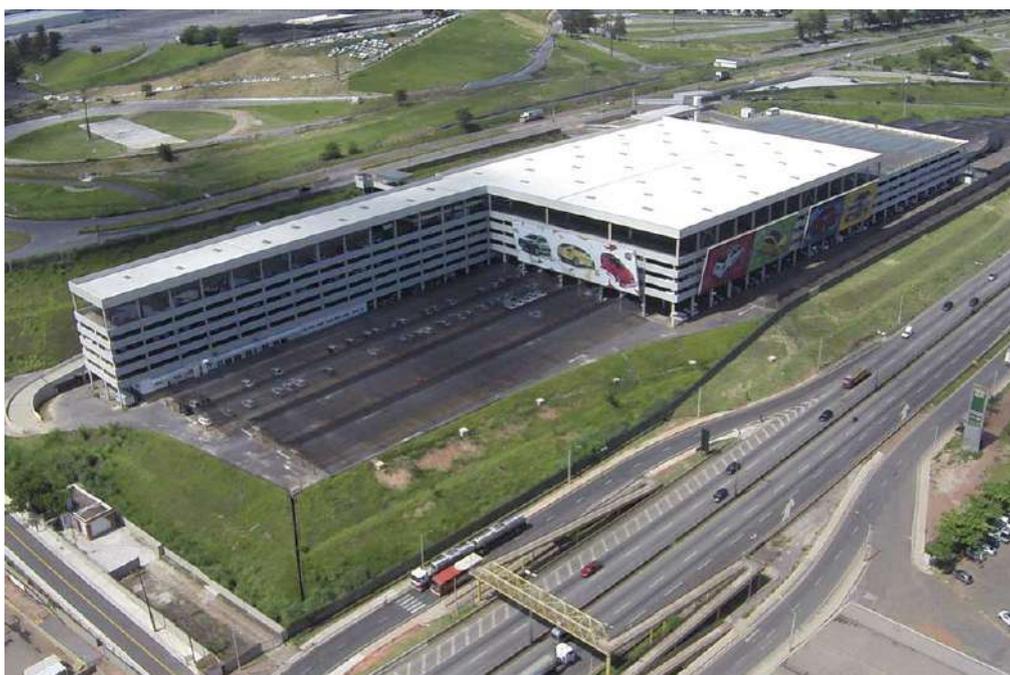
Fonte: Mapa da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Colar Metropolitano (adapt.). Disponível em: <http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/municipios-rmbh-e-colar/>. Acesso em: 19 maio 2020.

O maior destaque desta cidade para a RMBH é o seu polo industrial, formado, principalmente, pelo setor automobilístico e petroquímico e localizado estrategicamente na BR 381, também conhecida como Rodovia Fernão Dias.

De acordo com Camargos (2006, p. 48), a Refinaria Gabriel Passos, implantada em 1968, foi o primeiro grande empreendimento industrial no município. A companhia se tornou a principal responsável pela distribuição dos derivados de petróleo em toda a região sudeste em virtude da sua localidade estratégica na Rodovia Fernão Dias, bem no eixo que liga as Indústrias paulistas a Minas Gerais.

Da mesma forma, a autora afirma que a implantação da FIAT Automóveis, também na mesma rodovia, teve grande importância para o crescimento populacional do município e para a expansão industrial da RMBH (CAMARGOS, 2006, p. 49). Dados do IBGE, coletados em 2019, colocam Betim como o quinto município mais populoso do estado de Minas Gerais com 439.340 habitantes.

Foto 1 – Vista aérea da FIAT Automóveis com a BR-381 à direita.



Fonte: Portfólio da empresa PRECON Pré-fabricados.⁸

⁸ Portifólio da empresa PRECON pré-fabricados. **Vista aérea da FIAT Automóveis.** Disponível em: <https://preconprefabricados.com.br/portfolio-posts/ fiat-edificio-garagem-betim-mg/>. Acesso em: 24 maio 2020.

Uma vez compreendida a atual importância econômica dessa cidade, passemos à descrição da sua formação histórica, para que se possa analisar as causas e a evolução das suas denominações toponímicas.

2.1 Formação histórica

O passado desse município remonta ao século XVIII, época em que o Brasil, ainda colônia de Portugal, vivia o auge do ciclo do ouro. Pinto (1997, p. 11) esclarece que esse momento histórico foi marcado por uma disputa territorial entre índios (nativos da região), colonizadores e africanos em escravidão. A região se localizava no entrecruzar de dois pontos considerados como as duas principais “vilas do ouro” daquele momento: Sabará e Pitangui, sendo rota de bandeirantes e passagem / pousada de tropeiros.

Em 1711, o bandeirante Joseph Rodrigues Betim, cunhado de Fernão Dias Paes Leme, escreve à Coroa Portuguesa uma petição dizendo que se encontra em Minas “[...] com quantidade de família de filhos e filhas, e genros sem q.^e se pudesse situar e fazer suas lavouras [...]”⁹, solicitando a doação da sesmaria que compreendia:

[...] algumas terras entre Paraubupeba, e a estrada que vai para as Abrobras [...] cuja distância poderia ser três léguas pouco mais ou menos; e porque para acomodar minhas famílias [...] são necessárias as ditas três léguas em quadra que se podiam inteirar correndo e começando do Ribeirão da Cachoeira para o Norte, entre o dito rio e a estrada...¹⁰

De acordo com Rugani (2001, p. 51-52), *Abrobras* ou *Sítio das Abóboras* refere-se ao povoado de origem do atual município de Contagem. Com base na Carta de Sesmaria, essa autora explica que:

Naquele mesmo ano, em 14 de setembro, o Conselho Ultramarino da Corte Real Portuguesa concede a Joseph Rodrigues Betim a sua petição: duas léguas de terras (e não três como fora pedido) às margens do ribeirão da Cachoeira – logo reconhecido por ribeirão do Betim –, um dos “*pontos de passagem obrigatória para as minas de Pitangui*”. “*Não tem errada, daqui a Roça Grande; depois até o Curral d’El-Rei; passando pelas Abrobras; seguindo a estrada até o Betim...*” (RUGANI, 2001, p. 52, grifo da autora)

⁹ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Carta de Sesmaria passada ao Capitão Joseph Rodrigues Betim. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano III, 1898. Ouro Preto. Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1898, p. 30-31.

¹⁰ *Ibid.*, p.30.

Fonseca (1975, p. 25) *apud* Rugani (2001, p. 52) explica que, no início do século XVIII, logo após a Guerra dos Emboabas, os paulistas instalaram-se nos distritos de Pitangui e Paraopeba, onde foram descobertos riquíssimos ribeirões de ouro. Sales (2017, p. 53) afirma que Joseph Rodrigues Betim, ao sertanejar por várias partes da Capitania de Minas, foi um dos primeiros povoadores da região de Pitangui; alguns indícios mostram que ele desfrutava de uma alta patente militar e teria ocupado o cargo de vereador da Câmara de Pitangui no ano de 1720. Ainda de acordo com a autora, “seu nome const[a] na lista do cobrador João Henrique de Alvarenga, nos anos de 1718, 1719 e 1720, com uma média de 6 escravos declarados por ano.”.

Conforme o portal da Memória e do Patrimônio Histórico e Cultural de Betim¹¹, a Coroa Portuguesa implantou uma administração específica para a extração do ouro a fim de garantir que o metal precioso, vindo das Minas Gerais, chegasse até seus cofres. O local em que atualmente se configura o município de Betim não era uma jazida de ouro, mas fazia parte dessa estrutura administrativa devido à sua posição geográfica favorável. Nesse sentido, uma das funções de Joseph Rodrigues Betim com a concessão da sesmaria era a de vigiar e guardar os caminhos para as vilas do ouro.

Com relação à política de doação de sesmarias do governo português, Pereira (2011, p. 1) explica que:

Analisando os documentos de distribuição de terras no período colonial brasileiro, percebemos que ao instituir a obrigação da divisão das terras das capitanias em sesmarias a qualquer pessoa, de qualquer condição que requeresse, observamos que a Coroa portuguesa teve por intenção distribuir as terras do Brasil entre o maior número de colonos possível, impedindo, dessa maneira, a formação de grandes propriedades improdutivas e desvinculadas da produção mercantil.

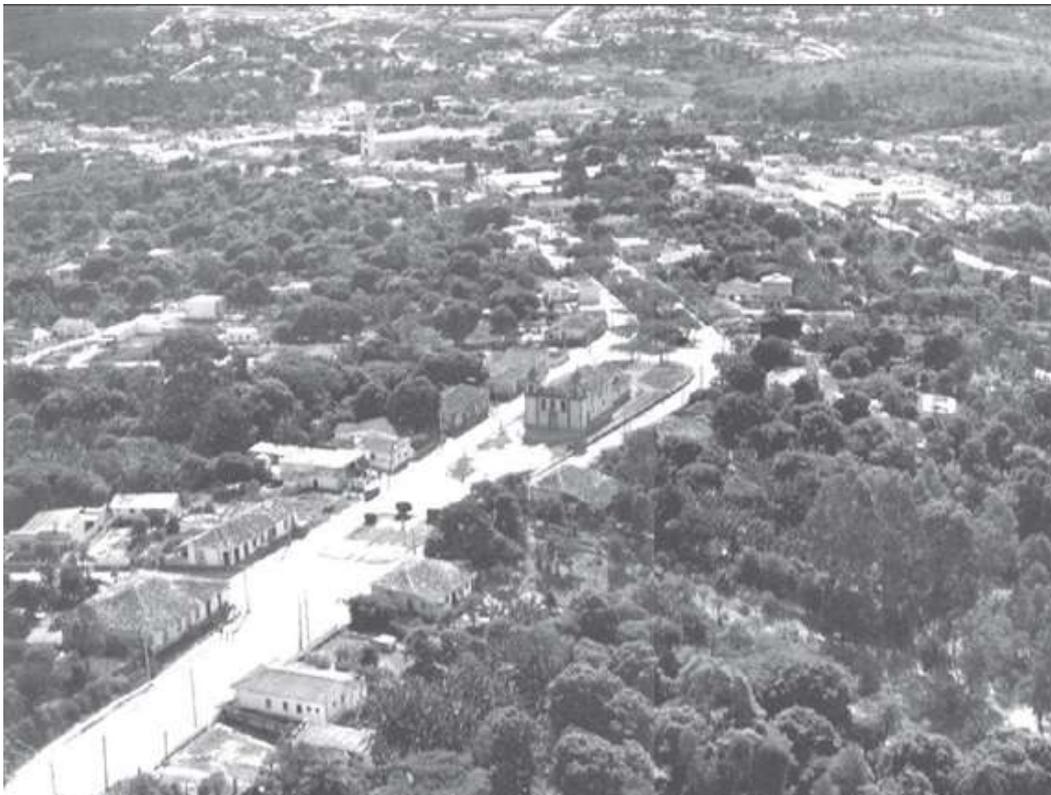
Ainda segundo a autora, essa medida estava relacionada à continuidade do processo de colonização do território brasileiro, no contexto da expansão comercial europeia.

A oficialização do arraial se deu em 1754 mediante o estabelecimento da Capela de Nossa Senhora do Monte do Carmo, a Capela Nova, que mais tarde emprestaria seu nome ao arraial – *Arraial de Capela Nova do Betim* (FONSECA, 1975 *apud* CAMARGOS, 2006, p. 45). O pedido dessa construção partiu da iniciativa dos moradores da comunidade de Bandeirinhas do Paraopeba, o primeiro povoado-origem do arraial (RUGANI, 2001, p. 52). Conforme Andrade (2007, p. 155), as

¹¹ Portal "Instituto da Memória e do Patrimônio Histórico e Cultural de Betim". Desenvolvido por Charles Moraes de Lima. Apresenta informações da história do município de Betim. Disponível em: <https://imphic.ning.com/>. Acesso em: 30 maio 2020.

capelas, no século XVIII, funcionavam como mecanismos de configuração (ou dispositivos) de poder, geralmente instituídas após um processo de povoamento de um local.

Foto 2 – Vista aérea da antiga Igreja Matriz de Nossa Senhora do Monte do Carmo (Betim)¹².



Fonte: Acervo da Casa de Cultura Josephina Bento - Betim *apud* Rugani (2001, p. 54).

Segundo Rugani (2001, p. 52), desde essa data, o pequeno aglomerado de famílias, habitando nas proximidades do ribeirão do Betim, passa a não mais depender da sede da freguesia¹³, em Curral d'El-Rei, para as formalidades civis e a indispensável assistência espiritual (confissões, registros de nascimentos, de casamentos, de óbitos etc.).

Não obstante, estrategicamente situado entre o caminho para as minas de Pitangui, a partir do Curral d'El-Rei e da Vila de Sabará, o arraial se consolida como local de passagem e parada de tropeiros que, com suas mercadorias, abasteciam os moradores locais e de mais longe (RUGANI, 2001, p. 55).

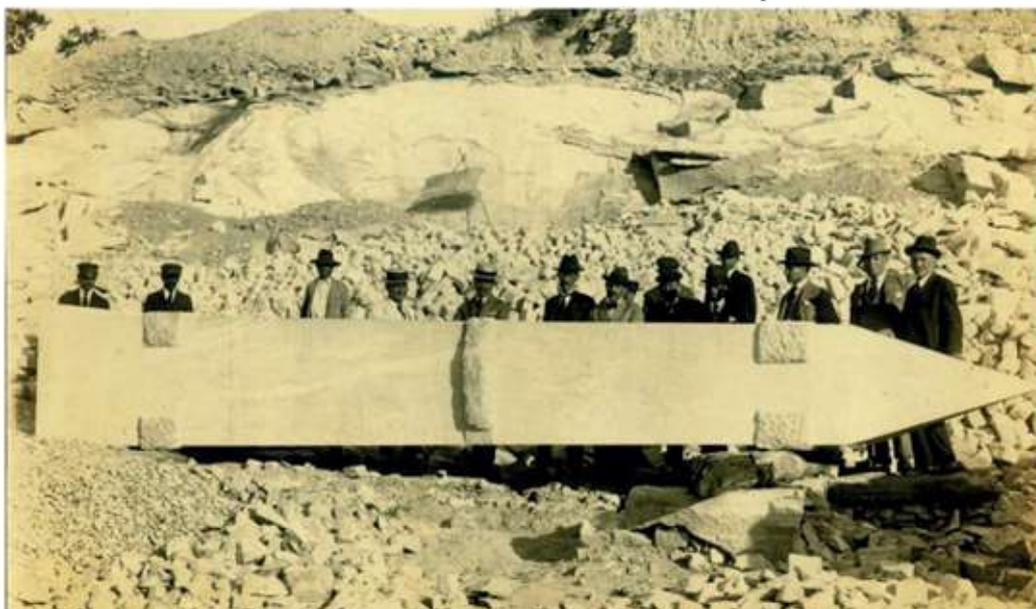
¹² Vista aérea do ponto mais alto do centro tradicional de Betim, onde atualmente está localizada a Praça Milton Campos. A Avenida Governador Valadares, com início na BR-381, se alarga e se curva para a esquerda, em direção ao vale do Rio Betim. No centro, está localizada a antiga Igreja Matriz de Nossa Senhora do monte do Carmo, construída em 1867 no lugar da Capela Nova de Betim. Não existem registros fotográficos da capela propriamente dita, porém considera-se que uma foto da igreja possa ilustrar a importância da instituição religiosa para a oficialização da região como arraial.

¹³ *Freguesia*: agrupamento, povoação paroquiana. (HOUAISS, 2009).

Em 28 de novembro de 1801, o arraial é elevado a distrito com o nome *Distrito da Segunda Companhia da Capela do Betim* em um auto de vereança da Câmara de Sabará, segundo Fonseca (1975, p. 75) *apud* Rugani (2001, p. 55), em virtude da ideia de subdividir a Capitania das Minas em distritos.

No final do século XVIII, a decadência do Ciclo do Ouro em Minas Gerais culmina em um processo de esvaziamento populacional das regiões mineradoras, afetando o então distrito. Esse cenário só veio a ser revertido na passagem do século XIX para o século XX, com a construção da nova capital mineira. Nesse período, Betim se destaca pelo fornecimento de materiais de construção civil produzidos em suas pedreiras de gnaise. Inclusive, foi dessas pedreiras que nasceu o famoso pirulito da Praça Sete, atualmente localizado no cruzamento entre as avenidas Afonso Pena e Amazonas, em Belo Horizonte (RUGANI, 2001, p. 55-56).

Foto 3 – Por volta da década de 1920 - trabalhadores na pedreira de Capela Nova de Betim envolvidos na construção do Monumento Comemorativo do Centenário da Independência Nacional.



Fonte: Acervo do Guia dos Bens Tombados (IEPHA/MG) vol. 1, p. 42¹⁴.

A Lei Provincial nº 522, de 23 de setembro de 1851¹⁵, eleva o distrito à condição de freguesia/paróquia¹⁶ com a denominação de *Capela Nova de Betim*, ficando subordinado ao município

¹⁴ Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG). *Guia dos Bens Tombados*, 2. ed., vol. 1, p. 41-42, Belo Horizonte: 2014. Disponível em: https://issuu.com/iephamg/docs/gbt_v1. Acesso em: 15 abr. 2020.

¹⁵ OURO PRETO. *Lei Provincial n. 522*, de 23 de setembro de 1851. In: *Collecção de leis da Assembléa Legislativa da Província de Minas Geraes - Ouro Preto*. p. 21. Disponível em: http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2012/12/Leis_Mineiras_1851.pdf. Acesso em: 25 maio 2020.

¹⁶ De acordo com o Aulete Digital, o nome *paróquia* é definido como: “parte territorial de uma diocese que tem por sede uma igreja matriz dirigida por um pároco; FREGUESIA”. Pelo fato do dicionário tratar os dois termos como sinônimos, optamos por utilizar os dois.

de Sabará. Esse fato se comprova tendo por base o que dizem, respectivamente, os Art. 1º e 3º dessa lei: "Fica elevada a Parochia, o curato da Capela Nova do Betim, desmembrado da Parochia do Cural de El-Rei [...]" e "A Parochia do Betim fica pertencendo ao município de Sabará."

Conforme o portal IBGE – biblioteca¹⁷, pela Lei Estadual nº 2, de 14 de setembro de 1891, a região torna-se subordinada ao município de Santa Quitéria. Segundo explica Camargos (2006, p. 59):

a implementação do regime republicano no país, em 1889, deu origem à divisão política dos estados e municípios através da Constituição Federal. Minas Gerais passa de província para condição de Estado, formado por apenas 11 municípios. Um deles era o município de Santa Quitéria, representado pelos atuais municípios de Esmeraldas, Contagem, Ibirité e Betim. (CAMARGOS, 2006, p. 59)

O portal do IBGE ainda informa que a Lei Estadual nº 843, de 07 de setembro de 1923, altera a denominação da localidade para *Capela Nova*. Este continua ainda subordinado ao município de Santa Quitéria.

Anos depois, conforme o decreto nº 148¹⁸ de 17 de dezembro de 1938, assinado pelo então governador do Estado de Minas Gerais, Benedito Valadares, *Capela Nova* é elevado à categoria de município passando a ser chamado simplesmente de *Betim*.

De acordo com Camargos (2006, p. 46), a partir desse último decreto, o município de Betim foi constituído pelos atuais municípios de Ribeirão das Neves, Contagem, Ibirité e Betim. Na década de 1940, Contagem e Ribeirão das Neves são emancipadas de Betim e, em 1962, Betim se desmembra de Ibirité, passando a ter uma configuração territorial próxima da atual. Desde então, instalaram-se as primeiras indústrias na cidade que, nos últimos 30 anos, cresceram e se diversificaram.

A seguir, apresentamos nossa metodologia e análise dos dados.

¹⁷ Biblioteca IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=33332&view=detalhes>. Acesso em: 30 maio 2020.

¹⁸ MINAS GERAIS. Decreto n. 148 de 17 de dezembro de 1938. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=DEL&num=148&ano=1938>. Acesso em: 21 maio 2020. (O decreto-lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938, dispõe sobre as circunscrições municipais e inter-distritais relativas ao município de Betim e de outros municípios, à pedido do decreto-lei nº 522, de 28 de junho do mesmo ano, emitido pelo Governo Federal que sugeria normas para a fixação de um novo quadro territorial para cada estado).

3. Metodologia

A metodologia adotada para esta pesquisa consiste em reconstruir a significação toponímica a partir da análise histórica. De acordo com Lima e Pereira (2016, p. 2), a toponímia pode encontrar suporte para chegar às conclusões que favorecem a motivação e o significado do topônimo com base nas informações adquiridas por meio da História e de outras ciências.

Para isso, a revisão na literatura da história do município teve como foco principal o resgate das seguintes informações: (i) o primeiro fundador da região, fato atestado pela Carta de Sesmaria (de 1711), (ii) a oficialização da localidade como arraial, como distrito e município, (iii) os decretos que institucionalizaram as denominações anteriores e atual do município. Não estamos considerando aqui a história da industrialização da cidade de Betim, bem como a sua história mais recente, entendendo que são fatos que ocorreram após seu processo de emancipação e nomeação atual.

Outra análise que contribui para o entendimento da origem do antropotopônimo *Betim* se trata do estudo da genealogia desse sobrenome. O trabalho de Jacyntho José Lins Brandão, *Um neerlandês em São Paulo*, de 1975, tem como objetivo comprovar a nacionalidade neerlandesa de Geraldo Betting, considerado o tronco de uma das mais ilustres famílias paulistas. Esse trabalho também atesta a relação de parentesco entre ele e Joseph Rodrigues Betim.

Passemos, assim, para a discussão dos dados feita na seção 4.

4. O topônimo *Betim*

Podemos dizer que o estudo da história do município permite a análise da significação toponímica, uma vez que, por meio das fontes consultadas, foi possível o resgate de informações acerca da origem do nome investigado, bem como a reconstrução de denominações oficiais anteriores.

Do ponto de vista sincrônico, a origem do nome *Betim* se encontra apagada da memória coletiva. Assim sendo, esse nome, utilizado, atualmente, para fazer referência direta ao município de Minas Gerais, tem seu sentido etimológico opaco e esvaziado, fato que corrobora as ideias supracitadas de Dick (1990b, p. 6) e Seabra (2006, p. 1955-1956).

Somente um estudo diacrônico permite evidenciar que a origem do topônimo está relacionada ao nome do sertanista Joseph Rodrigues Betim, o sesmeiro e, portanto, primeiro dono das terras que compreendiam a região no século XVIII, o que faz desse topônimo um indicador da história da comunidade.

Conforme relatado pela Carta de Sesmaria, o sertanista fez uma petição ao governo português das terras que compreendiam o limite territorial entre o Paraopeba e a Região das Abóboras (atual cidade de Contagem), com a justificativa de oferecer acomodação a sua família. A região estava localizada no entrecruzar da passagem dos bandeirantes com destino para as vilas do ouro. De acordo com Pereira (2011, p. 1), essa espécie de doação de terras dentro das capitânias formadas no Brasil era uma forma do governo português garantir seu processo colonizatório, impedindo a permanência de propriedades improdutivas e desvinculadas da produção mercantil.

Tomando como pressuposto Seabra (2006, p. 1954), ao dizer que as noções de *pessoa* e *lugar*, apesar de se constituírem em campos semânticos distintos, apresentam uma relação de inclusão, uma vez que se encontram no *onoma* em uma área de interseção, o estudo diacrônico realizado permite classificar o topônimo *Betim* dentro da taxa dos antropotopônimos – nomes de lugares motivados por nomes de pessoas, cabendo entender que se trata do sobrenome, ou nome de família do sertanista.

Amaral (2020, p. 78) considera que o sobrenome “faz parte do nome civil (ou ortônimo¹⁹) e corresponde ao(s) elemento(s) que sucede(m) o prenome. Também é denominado *nome de família* e, geralmente, é transmitido de pais para filhos.”

Podemos perceber que, ao longo da história do município, outras denominações oficiais anteriores carregaram, em sua estrutura, o sobrenome do bandeirante, excetuando-se a denominação decretada em 1923:

- (1) Arraial de Capela Nova do *Betim* (1754) > Distrito da Segunda Companhia da Capela do *Betim* (1801) > Capela Nova de *Betim* (1851) > Capela Nova (1923) > *Betim* (1938)

A denominação *Capela Nova* (1923) foi revogada em 1938 por decreto do então governador de Minas, Benedito Valadares, que eleva o distrito à condição de município, tornando-o autônomo e independente em relação ao município de Santa Quitéria. Além disso, esse mesmo decreto instituiu o nome oficial atual, *Betim*, que, em relação às denominações anteriores, faz referência exclusiva ao sobrenome do bandeirante. Portanto, podemos afirmar que, por meio da análise da evolução desse topônimo, prevaleceu-se a mentalidade do nomeador (ou nomeadores) de preservar o nome do primeiro possuidor dessa localidade (DICK, 1990b, p.5).

A ocorrência da denominação *Capela Nova* (1923), entretanto, abre margem para a discussão de uma possível concorrência de intencionalidades no passado. As denominações oficiais que a

¹⁹ *Ortônimo*: nome civil completo e correto ou o ordinariamente declarado pelo próprio denominado; autônomo (HOUAISS, 2009).

antecedem, *Arraial de Capela Nova do Betim* (1754), *Distrito da Segunda Companhia da Capela do Betim* (1801) e *Capela Nova de Betim* (1851), preservam tanto a referência à capela de Nossa Senhora do Monte Carmo, construção que marca a elevação do simples povoado à condição de arraial, quanto à figura do primeiro dominador da região.

Assim sendo, não descartamos a hipótese de que, ao longo da história, a referência ao dominador tenha caído no esquecimento da coletividade e, talvez, a motivação para essas denominações tenha sido influenciada pelo topônimo dado à capela propriamente dita, pois, conforme consta em um dossiê²⁰ de tombamento de imóvel do município, a *Capela de Nossa Senhora do Monte Carmo* era mais conhecida pelo nome de *Capela nova do Betim*, ou simplesmente, *Capela Nova*, uma vez que, outras capelas já haviam sido estabelecidas em regiões muito próximas, como Mateus Leme e Santa Quitéria (atual cidade de Esmeraldas)²¹. Em outras palavras, podemos dizer que os nomes dados popularmente à capela poderiam ter motivado as denominações do município anteriores à 1938. Nesse sentido, caberia investigar, em um estudo mais aprofundado, se não houve, por exemplo, uma imposição desse nome por parte do governador de Minas no último decreto.

Cabe observar também que, nessas denominações especificamente, o sobrenome do bandeirante aparece dentro de um sintagma preposicional que funciona como complemento do nome *capela*, parecendo indicar uma ideia de posse quando parafraseado por “*capela (nova) que pertence a(o) Betim*”. O uso do artigo diante do antropônimo parece marcar a identificabilidade do referente (DUBOIS, 1980, p. 217 *apud* MENDES, 2018, p. 247) como forma de manter conservada a figura (ou identificação) do primeiro fundador da região. Contudo, não encontramos sustentação para a análise da presença ou ausência do artigo diante do antropônimo, uma vez que pode se tratar também apenas de uma variação no registro do nome.

As fontes históricas utilizadas em nossa investigação não dão sustentação para uma análise mais profícua da motivação do nome *Distrito da Segunda Companhia da Capela do Betim*, decretado em 1801, mas a omissão do adjetivo *nova*, na estrutura do sintagma toponímico, permite levantar a hipótese de que essa denominação também pode ter uma relação com a necessidade de se especificar a referência do nome *capela* com a intenção de distinguir o distrito de outras regiões vizinhas. Porém, não encontramos explicação para o aparecimento da sequência lexical *segunda companhia* na estrutura desse nome.

²⁰ FUNARBE - Fundação Artístico Cultural de Betim. *Dossiê de Tombamento Cine Teatro Glória: Colônia Santa Isabel*. 2017. Disponível em: <http://www.funarbe.betim.mg.gov.br/Content/Documentos/Dossies/Bens-tombados/QIII-Dossie-Cine-Teatro-Gloria-Betim-ex17.pdf> Acesso em: 30 maio 2020. p. 11.

²¹ Esse dado histórico explica a função do adjetivo *nova*, também na posição de complemento, de restringir a referência do nome *capela* no sintagma toponímico.

Outra análise que poderia ser feita com esses nomes é a da presença / omissão do elemento que representa o tipo de acidente geográfico (DICK, 1990b, p. 10). Nos decretos de 1754 e 1801, observamos que esses elementos se fazem presentes, sendo respectivamente formados pelos itens lexicais *arraial* e *distrito*. Nas denominações que sucedem esses decretos, percebemos a omissão desse elemento; todavia, o mesmo pode ser reconstruído por meio da história, sendo *paróquia/freguesia* no nome decretado em 1851 e *município* na denominação de 1938. Apesar de não encontrarmos essa mesma informação para a denominação de 1923, a constatação desse fato permite levantar a hipótese de que a presença desse elemento poderia estar relacionada à intenção do nomeador de, naquele período, conferir certo *status* ao espaço geográfico que passava da condição de um simples povoado à condição de arraial, e da condição de arraial à de distrito. Assim sendo, nos períodos posteriores, pode ser que não se teria relevância a presença desse elemento e isso explicaria a sua omissão.

Apesar das análises feitas aqui terem permitido apenas o levantamento de hipóteses, consideramos que, com base nas fontes pesquisadas, foi possível o resgate das suas denominações anteriores e prováveis motivações, mostrando como a Toponímia é “um imenso complexo línguocultural, em que os dados das demais ciências, como a História, se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente” (DICK, 1992, p. 119 *apud* LIMA; PEREIRA, 2016, p. 2).

A seção seguinte, ainda destinada à continuidade da análise, dedica-se à investigação da origem do antropônimo *Betim*.

O antropônimo Betim

Franco (1953, p. 71) registra o antropônimo *Joseph Rodrigues Betim* com uma alteração gráfica em seu prenome - *José* - e traz informações biográficas que permitem constatar a nacionalidade brasileira do bandeirante, o fato de ter sido dono das terras que deram origem ao atual município de Betim, seu estabelecimento em Pitangui e nos revela a sua filiação:

BETIM, José Rodrigues - Paulista, filho de Garcia Rodrigues Velho e de sua mulher Maria Betim, andou sertanejando nas Minas-Gerais, juntamente com Antônio Pereira Taques, tendo descoberto as minas de ouro chamadas do Betim, onde hoje fica a cidade de Capela Nova. Estabeleceu-se depois nas minas de Pitangui e tomou partido do governo no levante de 1719, ao lado de seu sogro Francisco Bueno de Camargos [...].

No que concerne à filiação do bandeirante, Brandão (1975) informa que o genealogista Pedro Taques de Almeida Pais Leme cita Maria Betim como filha de Geraldo Betting. Esta foi casada com

Garcia Rodrigues Velho e tiveram sete filhos, dentre eles Maria Garcia Betim²², esposa do bandeirante Fernão Dias Paes, e José Rodrigues Betim.

D. Maria Betim e Garcia Rodrigues Velho foram pais de Miguel Rodrigues Velho, **Maria Garcia Betim** (mulher do bandeirante Fernão Dias), Jorge Rodrigues Velho, Antônio Rodrigues Velho, Anna Maria Rodrigues Garcia, Coronel Garcia Rodrigues Velho, Custódia Dias e **José Rodrigues Betim** (BRANDÃO, 1975, p. 772-773, grifo nosso).

Portanto, esse trabalho atesta que Joseph Rodrigues Betim era neto de Geraldo Betting. A procedência estrangeira do ascendente-mor dessa família fez surgir hipóteses de que sua naturalidade seria alemã ou neerlandesa. Um documento encontrado na década de 1970, localizado no arquivo da cidade de Doesburg²³, segundo Brandão (1975, p. 770), “prova a naturalidade de Geraldo Betting: realmente ele é holandês, de Doesburg, na Gueldrie. O documento revela ainda que ele continuou, mesmo de São Paulo, a manter relações com seus conterrâneos – de outra maneira não se explica os seus negócios de lá.” O autor conclui essas informações a partir de uma carta particular enviada do sr. Van Petersen, na época, arquivista-chefe de Doesburg que também elucida: “Geraldo Betting era filho de Thoenis (ou Thonis) Bettinck, falecido em Doesburg a 29 de junho de 1584, e de Merrie” (BRANDÃO, 1975, p. 771).

Tendo por base essas informações, constatamos que a origem do nome Betim seja neerlandesa (ou holandesa) e seu étimo²⁴ estaria ligado ao suposto sobrenome do pai de Geraldo. Assim sendo, a etimologia desse nome, ou seja, “o percurso entre o étimo ou a origem e a palavra investigada” (VIARO, 2011, p. 106) pode ser expressa da seguinte forma:

(2) *Bettinck > Betim

A fórmula indicada no exemplo (2) indica que o nome *Bettinck*, datado no século XVI, se transformou em *Betim*, nome encontrado na sincronia atual. A utilização do asterisco no étimo informa que este se trata de uma possível reconstrução desse nome no passado, ou seja, uma hipótese.

²² Dick (1992, p. 11) confirma que Maria Garcia Rodrigues Betimk, tornado Betim, era filha de Garcia Rodrigues Velho e esposa de Fernão Dias Paes, o famoso Governador das Esmeraldas. O casal teve oito filhos.

²³ Esse documento, datado de 14 de dezembro de 1614, é uma procuração na qual Geraldo Betting autorizava a transferência de sua herança aos seus procuradores, Johan Stenderingh Lambers, Johan Dunsberch e Wolter Schaep.

²⁴ Segundo Viaro (2011, p. 99): “o ÉTIMO de uma palavra investigada é a forma equivalente da mesma palavra, imediatamente anterior numa sincronia pretérita qualquer”.

Sobre a vinda de Geraldo Betting para o Brasil, Franco (1953, p. 71) salienta que ele “veio para São Paulo [...] com o governador d. Francisco de Sousa, que o trouxe do reino com o fito de mandar construir engenhos de ferro na capitania”.

Segundo Brandão (1975, p. 773-774), a data de sua chegada deve ser posterior a 1591, ano em que D. Francisco assume a posse do governo. Acredita-se que Betting tenha passado primeiramente a Portugal, com ou sem intenção de vir à capitania, esteve na Bahia (com o governador) até o ano de 1600 e, depois, seguiu para São Paulo.

Fazendo menção à obra de Affonso d’Escragnolle Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas* (1924), o autor confirma que os dois estavam acompanhados também de Jacques Oalte. Betting era engenheiro prático e Oalte, mineiro; portanto, “eram os auxiliares indispensáveis para os planos que o governador tinha em mente: as pesquisas minerais.” (BRANDÃO, 1975, p. 774). Em 1602, terminou-se o mandato de D. Francisco, mas Geraldo, já fixado na terra paulista, nela continuou o seu trabalho. Não existem referências a respeito do seu falecimento, mas acredita-se que tenha sido em São Paulo. A seguinte passagem encontrada na obra de Taunay vem confirmar essas informações:

Trouxera o governador, grandioso como sabia ser, ‘hua companhia de soldados e infantes do prezidio da Bahía, e com o capitão deli a Diogo Lopes de Castro e seus officiaes’. Também mo acompanhava o cirurgião José Serrão, médico... Dois especialistas indispensáveis para a empresa angariara ‘hum mineiro alemão Jaques de Oalte e hum engenheiro tão bem alemão Giraldo Betink, vencendo cada um de ordenado 200\$ por anno. (TAUNAY, 1924, p. 147 *apud* BRANDÃO, 1975, p. 774)

Sobre as grafias do nome do ascendente dos Betim, Brandão (1975) afirma que:

Em diversos lugares encontramos *Gibaldo, Giraldo, Geraldo; Bettink, Betimk, Betting, Beting, Betim*. É natural que um nome estrangeiro seja aportuguesado, às vezes pelo próprio dono. No nosso caso, enquanto isso não ocorreu definitivamente, duas gerações mais tarde - transformou-se em *Betim* - flutuou entre as diversas grafias citadas. (BRANDÃO, 1975, p. 767, grifo nosso)

Com base nessa passagem, é possível constatar variações gráficas tanto no prenome – *Geraldo, Gibaldo, Giraldo* – quanto no sobrenome – *Bettink, Betimk, Betting, Beting, Betim* – em decorrência de um possível aportuguesamento. Por outro lado, tendo em vista a naturalidade holandesa de Geraldo Betting, o documento de 1970, encontrado no arquivo de Doesburg, elucida também as grafias estrangeiras *Gerhart* e *Gerrit*.

Exemplificamos a ocorrência dessas grafias citando passagens da pesquisa de Brandão (1975). Com o intuito de explicar os envolvidos no processo de transferência das propriedades de Geraldo, Brandão²⁵ faz uma citação do referido documento e apresenta uma ocorrência da variante *Gerrit*: conforme a citação, a venda da herança se deu em 1611, “por Peter van Belheem, em nome do mencionado *Gerrit Bettinck*, por uma certa soma de moedas nas mãos de Art Baerken e Evert Van Middachten”. Em outra passagem, Brandão²⁶, ao justificar a escolha da variante *Geraldo Betting* em sua pesquisa, comprova que a variante *Gerhart* também é possível de ser encontrada: “Parece-nos ainda perfeitamente razoável que o nome holandês *Gerrit* (ou *Gerhart*) fosse traduzido pelo próprio dono para Geraldo; e que o sobrenome *Bettinck*, se modificasse em *Betting*, Pelo (*sic*) que adotamos essa grafia no presente trabalho”.

Considerando as informações genealógicas, podemos concluir que Joseph Rodrigues Betim era neto de Geraldo Betting e, portanto, descendente de holandeses. O sobrenome que indica o nome dessa família sofreu variações gráficas, decorrentes, principalmente, de um possível aportuguesamento, até chegar à sua forma atual.

Considerações finais

Este trabalho se soma aos inúmeros trabalhos já realizados que permitem atestar o método de pesquisa da motivação e significação toponímica baseado na análise de informações históricas. Como exemplificado pela Carta de Sesmaria (1711), o nome do atual município de Betim está relacionado ao sobrenome daquele que poderia ser considerado seu primeiro fundador, o bandeirante Joseph Rodrigues Betim.

O trabalho de Brandão (1975) visa a comprovar a nacionalidade de Geraldo Betting e comprova, também, a relação de parentesco entre este e o bandeirante. Baseando nesse mesmo autor, assumimos que o nome Betim é de origem neerlandesa (ou holandesa) e seu étimo estaria ligado ao suposto sobrenome do pai de Geraldo, Thoenis (ou Thonis) Bettinck.

As denominações oficiais anteriores do atual município encontram motivação no nome pelo qual a capela da cidade se tornou conhecida e preservam também, em suas estruturas, o sobrenome do bandeirante, excetuando-se a que foi decretada em 1923. Esse fato abre hipóteses para investigar se o nome do bandeirante não teria, ao longo da história, caído no esquecimento da coletividade, emergindo daí com mais força a imagem da capela. Além disso, estudos futuros poderiam investigar se

²⁵ *Ibid.*, p. 768, grifo nosso.

²⁶ *Ibid.*, p. 770-771, grifo nosso.

não houve uma imposição do topônimo atual por meio do decreto de 1938, assinado pelo Governador Valadares.

Referências bibliográficas

- AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; SEIDE, Márcia Sipavicius. **Nomes próprios de pessoa:** introdução à antroponímia brasileira. São Paulo: Blucher, 2020. Disponível em: <https://www.blucher.com.br/livro/detalhes/nomes-proprios-de-pessoa-introducao-a-antroponimia-brasileira-1614/ciencias-humanas-e-comunicacao-114>. Acesso em: 30 maio 2020.
- ANDRADE, Francisco Eduardo. A conversão do sertão capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais. **VARIA HISTÓRIA**, v. 23, n. 37, p. 151-166, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752007000100009&script=sci_arttext. Acesso em: 30 maio 2020.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO - Carta de Sesmaria passada ao Capitão Joseph Rodrigues Betim. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano III, 1898. Ouro Preto. Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1898, p. 30-31.
- AULETE, F. J. de C. **Dicionário online Caldas Aulete**. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/axi%C3%B4nimo>. Acesso em: 08 jul. 2020.
- BRANDÃO, Jacyntho José Lins. Um neerlandês em São Paulo. **Revista de História**, v. 51, n. 102, p. 765-776, 1975. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132993/129041>. Acesso em: 30 maio 2020.
- Biblioteca IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=33332&view=detalhes>. Acesso em: 30 maio 2020.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pires Pinto de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. 2. ed. v. 1. Campo Grande - MS: Ed. UFMS, 2001. p. 13-22.
- CAMARGOS, E. O. **Movimentos migratórios e pendulares na RMBH: O caso de Betim no final do século XX**. 2006. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/AMSA-765QFU>. Acesso em: 27 maio 2020.
- Cidades IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Panorama da Cidade de Betim**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/betim/panorama>. Acesso em 30 maio 2020.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Edições Arquivo do Estado, 1990a.

- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos**. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Memória Paulistana: os Antropônimos Quinhentista na Vila de São Paulo do Campo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n.33, p. 112-127, 1992, v. 33, 112-127. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i33p112-127>. Acesso em: 30 maio 2020.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953.
- FUNARBE - Fundação Artístico Cultural de Betim. **Dossiê de Tombamento Cine Teatro Glória: Colônia Santa Isabel**. 2017. Disponível em: <http://www.funarbe.betim.mg.gov.br/Content/Documentos/Dossies/Bens-tombados/QIII-Dossie-Cine-Teatro-Gloria-Betim-ex17.pdf>. Acesso em: 30 maio 2020.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG). **Guia dos Bens Tombados**, 2. ed., vol 1., p. 41-42, Belo Horizonte: 2014. Disponível em: https://issuu.com/iephamg/docs/gbt_v1. Acesso em: 15 abr. 2020.
- LIMA, Rosimar Nolasco Rosa de; PEREIRA, Renato Rodrigues. A Toponímia urbana de Apuré-Go: a designação como reflexo de um povo. **Artefactum - Revista de Estudos em Linguagens e Tecnologia**, v. 13, n. 2., 2016. Disponível em: <http://artefactum.rafrom.com.br/index.php/artefactum/article/view/1199/642>. Acesso em: 30 maio 2020. *apud* DICK, Maria Vicentina de Paula Amaral. Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos. 3ª Ed. São Paulo, 1992.
- Mapa da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Colar Metropolitano (adapt.). Disponível em: <http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/municipios-rmbh-e-colar/>. Acesso em: 19 maio 2020.
- MENDES, Andréia Almeida. Uma análise do uso do artigo definido sob o ponto de vista formal e funcional. **Revista Pensar Acadêmico**, v. 16, n. 2, p. 235-252, 2018. Disponível em: <http://www.pensaracademico.facig.edu.br/index.php/pensaracademico/article/view/268/628>. Acesso em: 30 maio 2020. *apud* DUBOIS, John W. Beyond definiteness: the trace of the identity in discourse. In: CHAFE, W. L. The pear stories – cognitive cultural and linguistic aspects of narrative production. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1980, v.3.
- MINAS GERAIS. **Decreto n. 148** de 17 de dezembro de 1938. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=DEL&num=148&ano=1938>. Acesso em: 21 maio 2020.
- PEREIRA, Luciene Maria Pires. Reflexões acerca da distribuição de terras no período colonial brasileiro: o caso das sesmarias. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011, p. 1 - 17.

PINTO, Terezinha de Assis. **A história da construção de Betim: espaço geográfico construído por gente**. 2. ed. Betim: Prefeitura Municipal de Betim - MG, 1997.

Portal "Instituto da Memória e do Patrimônio Histórico e Cultural de Betim". Desenvolvido por Charles Moraes de Lima. Apresenta a história do município de Betim em formato de linha do tempo. Disponível em: <https://imphic.ning.com/profiles/blogs/linha-do-tempo-de-betim>. Acesso em 30 maio 2020.

Portfólio da empresa PRECON pré-fabricados. **Vista aérea da FIAT Automóveis**. Disponível em: <https://preconprefabricados.com.br/portfolio-posts/fiat-edificio-garagem-betim-mg/>. Acesso em: 24 maio 2020.

OURO PRETO. **Lei Provincial n. 522**, de 23 de setembro de 1851. In: Coleção de leis da Assembléa Legislativa da Província de Minas Geraes - Ouro Preto. p. 21. Disponível em: http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2012/12/Leis_Mineiras_1851.pdf. Acesso em 25 maio 2020.

RODRIGUES, Letícia Santos. Topônimos latino-americanos: um estudo etimológico. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, n. 3, p. 1031-1055, 2018. Acesso em: <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12812/pdf#>. Acesso em: 30 maio 2020.

RUGANI, Jurema Marteleto. **Betim, no caminho que vai das Minas à industrialização: a lógica da organização do espaço dos centros industriais metropolitanos**. 2001. 186f. Dissertação (mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-A6RFBL>. Acesso em: 27 maio 2020. *apud* FONSECA, Geraldo. *Origens da nova força de Minas: Betim, sua história: 1711/1975*. Betim: Prefeitura Municipal de Betim, 1975.

RUGANI, Jurema Marteleto. **Betim, no caminho que vai das Minas à industrialização: a lógica da organização do espaço dos centros industriais metropolitanos**. 2001. 186f. Dissertação (mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-A6RFBL>. Acesso em: 27 maio 2020.

SALES, Izabella Fátima Oliveira de. **Gente intratável ou fiéis vassalos do rei: poder, motins e armas em Pitangui (1715-1760)**. Tese (doutorado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/bitstream/ufjf/7212/1/izabellafatimaoliveiradesales.pdf>. Acesso em: 30 maio 2020.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. **A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da Região do Carmo**. 2004. 368 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ALDR-64KQ9A>. Acesso em: 30 maio 2020.

SEABRA, M. C. T. C. Referência e Onomástica. *In*: MAGALHÃES, J. S. de; TRAVAGLIA, L. C. (Org.). **Múltiplas perspectivas em linguística**: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL). Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960.

VIARO, Mário Eduardo. **Etimologia**. São Paulo: Contexto, 2011.